

APRESENTAÇÃO

Audrey Vidal Pereira

Organizador

Cristina Portela da Mota

Organizadora

O Dossiê Gênero e Saúde, publicado neste número da Revista Gênero, visa apresentar um conjunto de artigos de pesquisadores que ampliam o repertório temático desta área do conhecimento e muito contribuem para o debate contemporâneo.

O aumento considerável da produção técnico-científica e a necessidade de análise e validação dessa produção têm apontado alguns desafios. Nessa perspectiva, por meio de estudos que permitam averiguar o estado da arte em algumas áreas é possível indicar tendências e temáticas pertinentes a futuras investigações assim como aferir a situação em que se encontram na atualidade.

A categoria gênero tem sido difundida no âmbito acadêmico desde a década de 1980. No Brasil, a difusão das discussões de gênero ocorreu nos anos 90, a partir da tradução do texto de Joan Scott: Gênero: uma categoria útil para análise histórica, tornando-se um marco referencial para a produção e atuação feminista no país.

Os estudos sobre a questão de gênero se inter-relacionam e perpassam outras temáticas. Nessa direção, observa-se que os mesmos podem se dar por meio de abordagens na área da saúde, nos aspectos que tratam da questão de raça/etnia, classe, trabalho e educação.

O século XXI parecia ser a possibilidade de uma “era da intolerância aos intolerantes”. No entanto, em breve espaço de tempo, mostrou-se pelo menos no âmbito ocidental, uma retomada de posições que se apresentaram resistentes aos diálogos, às diversidades e às pluralidades dos modos de existir. A partir de uma transparência explícita, discursos racistas, xenofóbicos, homofóbicos e intolerantes às diversidades religiosas e de gênero, reafirmaram, por exemplo, uma visibilidade de assertivas radicais e desmedidas como as de Donald Trump

nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil.

A reinvestida de movimentos ultraconservadores tem retroalimentado a ideia em demarcar espaços de domínio influenciados por padrões ancorados na necessidade de re-afirmação de poder político e econômico, além da garantia de bens e serviços nos limites territoriais. São marcas dominadas de modo tendencioso por um dogmatismo autoritário norte-americano e europeu e de uma normatividade androcêntrica que buscam preservar processos de hegemonia e privilégios no mundo globalizado. Esse movimento encontra eco no Brasil polarizando e antagonizando opiniões a respeito de temas que têm se mostrado recorrentes como: xenofobia, racismo, machismo e criminalização do aborto, femicídio, retórica anticomunista (antiPetista), defesa de armamento pela população, indiferença ou guerra contra minorias - índios, quilombolas e LGBTs - e tentativa de obscurantismo na educação (Escola sem Partido).

Norbert Elias, a partir de “Estabelecidos e Outsiders: sociologia das relações de poder tem fomentado reflexões interessantes para observar o quanto as desigualdades de poder, o estigma, o preconceito, a mistificação e a exclusão social podem perpetuar exemplos de intolerâncias e delimitação de “fronteiras” aos “considerados diferentes”. Ainda ao compartilhar nuances a respeito do processo de civilização, esse mesmo sociólogo oportuniza retratar a história e evolução dos costumes (tradições e modos de comer à mesa) como forma de exemplificar empiricamente como tem sido até então, a estrutura das relações sociais.

Entretanto, esse processo de evolução dos hábitos e costumes que passaram da barbárie à civilização dita “moderna”, onde ser bípede e ter polegar opositor como metáfora da evolução humana, não tem sido suficiente para demarcar relações “civilizadas” entre aqueles que têm pensamentos e sentimentos contrários (cisgêneros ou transgêneros) às “normas” da sociedade contemporânea.

Como um convite à “utopia”... a “intolerância” poderia se tornar um “tabu” (se existisse modo de relativizar tal conceito), da mesma maneira que “comer com as mãos” na passagem da Idade Média, demonstrou Norbert Elias ser um “sentimento ritualizado ou institucionalizado de desagrado, antipatia, repugnância, medo ou vergonha”. Assim, enquanto a realidade se mostra insistindo em “valores” como “intolerância”, “preconceito” e “discriminação”, o retrato de relações desiguais

de poder, contribui para perpetuar a divisão naturalizada e injusta entre pessoas.

Ultrapassar convenções e costumes arraigados em tradições excludentes, faz-se imprescindível para preservar a dignidade e a existência de pessoas estereotipadas como os intersexuais e transgêneros, tendo em vista que apresentam vulnerabilidades e situações de saúde afetadas no cotidiano de suas vidas. Assunto pouco discutido, salvo em tímidos processos de investigações, condutas normativas que não ultrapassam decisões a respeito da “vida diversa” emperram, a partir da histórica divisão binária entre os sexos, possibilidades de garantir que “Todos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (Art. 3: Declaração dos Direitos Humanos).

Ser e estar na sociedade de modo não convencional faz com que, por exemplo, Thomas Neuwirth - austríaco mais conhecido pelo personagem Conchita Wurst - gere polêmicas e conviva com intolerâncias nas redes sociais em “plena modernidade”. Venceu o Festival Eurovisão da Canção 2014 na Dinamarca, portando voz e acessórios femininos e contraditoriamente usando barba - símbolo de exclusividade masculina. De modo inovador, prossegue afetando os padrões sociais, culturais, biológicos e religiosos. Infere a possibilidade de caminhos onde poderão ser relativizados os usos de bisturis e hormonioterapias, o direito à expressividade, ao trabalho e à existência. Assim, mesmo que até certo ponto conviva com situações de discriminação e violência, afetando a saúde, sobretudo a mental.

Em tempos de reconfiguração das famílias, do encurtamento das distâncias e da fluidez das relações (alerta de Zgmunt Bauman em “Modernidade Líquida”) e ainda da escassez de tempo no mundo moderno (Time Poverty), as pessoas têm convivido cada vez mais com situações de estresse, sobrecarga e tensões.

Existe um movimento para se evitar a tendência de se estudar a relação de gênero e saúde a partir de naturalizações, polarizações e dicotomias. No âmbito nacional, Estela M. L. Aquino destaca no v. 40 da Revista de Saúde Pública, em 2006, que as pesquisas de gênero têm oferecido alternativas de análises interessantes para investigar a relação com a saúde para além de variáveis isoladas. Sua contribuição encontra-se contemporânea ao identificar a partir da produção no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior, como se apresentava o perfil e as tendências da produção científica relacionada

ao gênero e saúde no Brasil. Pode-se observar que a produção sobre gênero era realizada em maioria por pesquisadoras, tendo predomínio de assuntos relacionados às mulheres (reprodução/contracepção, violência, controle do corpo e da sexualidade, trabalho e saúde).

Com o objetivo de atualizar o debate já acumulado no Brasil nas últimas três décadas sobre esta temática, a partir de um levantamento exaustivo da produção científica na Base Capes de teses e dissertações, constata-se os eixos de análise organizados de forma concêntrica, partindo do grupo mais externo de pesquisas, que trouxeram aportes esparsos, e finalizando com aquelas que parecem ter trazido maiores contribuições para a compreensão do tema, mesmo que esta não tivesse sido sua questão central de pesquisa. Isso porque não podemos falar de um campo de estudos sobre gênero e saúde no Brasil, com referenciais teóricos comuns e acúmulo de conhecimentos, por meio do diálogo entre pesquisas. Pelo menos até 2007, o tema encontrava-se disperso entre diversas áreas, com poucos orientadores supervisionando mais do que um trabalho e com inexistência de grupos de pesquisa organizados. Tais apontamentos se mostram vigentes na medida em que pode-se observar a evolução da produção científica atrelada à essa área até o momento.

Outro exemplo que contribui para observarmos o respectivo movimento se dá através do rol de produções elencadas no 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero realizado em 2017 em Florianópolis-SC. Este rol torna possível constatar que existe um diálogo evolutivo da produção relacionada ao gênero e saúde. Pode-se observar que algumas propostas reafirmam questões investigadas em décadas passadas, sendo útil para realizar comparações; e muitas outras que ampliam os horizontes de estudo e de ativismo para uma perspectiva mundial apontando para uma diversificação das temáticas, como: prostituição feminina e prevenção HIV/AIDS; toxicod dependência feminina e o risco à saúde; violência obstétrica/institucional; lésbicas, bissexuais, transexuais e negras na prisão; violência de gênero digital e justiça restaurativa; mulheres em situação de rua; invisibilidades de meninas negras; pedofilia; mulheres indígenas e saúde; bullying, gênero e saúde; adoecimento laboral feminino docente; saúde e imigração; envelhecimento feminino e adoecimento; LGBTT e condições de saúde; mulheres atletas e impactos na saúde, dentre outras. Já as produções científicas

que envolvem os homens/masculinidade, podem ser timidamente expressadas a partir de pesquisas referentes à prostituição masculina; homofobia, saúde dos homens com destaque para a epidemia do HIV.

De maneira similar, um dos grupos de pesquisa - GT: Gênero e Saúde da Abrasco - que foi criado no ano de 1995, a partir de uma oficina histórica de trabalho que tinha por objetivo fazer um levantamento sobre o estado da arte da produção de conhecimento epidemiológico na temática de gênero e saúde no Brasil, tem buscado fortalecer os vínculos e a interlocução entre a universidade, os serviços de saúde e os movimentos sociais, particularmente o de mulheres. Ao longo de sua existência, o grupo tem firmado o propósito de tornar o conhecimento acadêmico útil e acessível para profissionais de saúde e outros atores sociais comprometidos com a saúde; além de captar demandas emergentes de produção de conhecimento e formação de profissionais.

De maneira expressiva, a partir da atual publicação do Atlas da Violência 2018 também pode-se obter informações recentes denunciando a permanência de desigualdades alarmantes e estarrecedoras que têm o gênero e saúde como categorias transversais e imprescindíveis para retratar a realidade cotidiana nacional. Os dados trazidos pelo Atlas da Violência vêm complementar e atualizar o cenário de desigualdade racial em termos de violência letal no Brasil. Vide o registro de que a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3%) que entre as mulheres não negras (3,1%), sendo que a diferença encontrada equivale a 71%. Vale destacar que muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido cobertura e aplicabilidade de políticas públicas, leis e/ou opções concretas como forma apoio para conseguir sair do ciclo de violência. Outra questão que vale ser mencionada diz respeito à ausência de informes referentes aos homicídios de transexuais, nem mesmo sendo contemplados no caso de mortes violentas por causa indeterminada. No entanto, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), por meio do Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil, em 2017 foram contabilizados 179 assassinatos de travestis ou transexuais. Isso significa que, a cada 48 horas, uma pessoa trans é assassinada no Brasil. Assim, pode-se exemplificar o quanto tais informações prosseguem gritantes, mas também algo obnubiladas em relação à oficialidade em sistemas de informações.

Nesse espaço entre produções que também abordam questões referentes ao feminino e ao masculino, em alguma medida às feminilidades e às masculinidades; abre-se brecha para retomar reflexões sobre as tradicionais comparações entre saúde de homens e mulheres.

Mesmo que exista a permanência de diferenças e apostas polarizadas de um tipo “ganha-ganha” para verificar qual grupo detém a “verdade”, aqui compartilha-se a possibilidade de mais um modo de reflexão. Mesmo que as mulheres adoçam mais por fatores biológicos, não se justifica a naturalização injusta de iniquidades vivenciadas no dia a dia pelas mesmas. Existe a necessidade de destacar que outros determinantes sociais como raça/etnia, gênero, classe social, escolaridade, ocupação e “escassez de tempo” interferem nas condições de saúde, contribuindo para reforçar as respectivas iniquidades. Vide ser muito difícil estabelecer hierarquias rígidas e isolar essas dimensões que determinam as condições do processo saúde-doença-saúde da população e atravessam a realidade cotidiana da vida.

Assim, as mulheres não referem pior avaliação do estado de saúde ou não adoecem mais por serem mais frágeis ou histéricas como acreditava o machismo, tendo como determinante unicausal o aspecto biológico. O estudo de Costa et. al., publicado em 2017 no volume 33(4) do Caderno de Saúde Pública (periódico nacional de alto impacto), constata por exemplo, que dentre o grupo estudado, 85,7% dos homens e 84,9% das mulheres usam “polifarmácia psicotrópica”. Sua contribuição viabiliza questionar apontamentos unilaterais e provocar movimentos de dúvida que enobrecem a caminhada do processo investigativo. Desta forma, pode-se deduzir de certa forma, que as mulheres ou aquelas que vivenciam situações e experiências tidas como femininas (altruísmo, solidariedade, voluntariado, atividades invisibilizadas como as domésticas e cuidados com idosos e crianças) terão a saúde mais desprotegida.

Além de almejar objetivos comuns rumo à felicidade, a condição humana pode criar crivos sociais cuja coerção / opressão imprima sentimentos e sofrimentos contraditórios e até mesmo irracionais. Nesse ponto “ou nessa vírgula”, retomar e prosseguir atualizando notícias em momentos que “... tudo muda, mas nada muda...” (expressão atrelada por Helena Hirata, ao paradoxo existente em relação à “divisão sexual do trabalho”), torna possível realizar

uma transposição e demonstrar o quanto se encontra atual a justificativa de permanecer estudando e refletindo sobre os conhecimentos científicos atrelados às questões que envolvem gênero e saúde.

As contribuições de pesquisadoras e profissionais envolvidos com as perspectivas, os questionamentos e as vertentes atualizadas sobre a relação existente entre “gênero e saúde” permitiram a interação de distintas epistemologias, metodologias e campos empíricos, tornando possível a expressão de fenômenos e diálogos plurais de diversas áreas do conhecimento científico. Assim, a elaboração desse dossiê vem apostando e apontando na direção e na intenção de questionar e duvidar dos processos de desigualdades que têm sido invisibilizados e até certo ponto inexistentes.

Deste modo, existe constantemente a necessidade de ampliar o debate em torno dessas questões. Além de contemplar o uso desses estudos de modo transversal no ensino/formação das/dos múltiplos trabalhadores, vale destacar a importância de se estimular o uso crítico dessa categoria analítica - gênero - no âmbito da produção científica.

Estamos confiantes que este Dossiê será um espaço para compartilhar e trocar experiências de pesquisa, nos atualizará sobre questões prioritárias e gerará novas questões para resolver. Ele, também, contribuirá para criar ou fortalecer o intercâmbio acadêmico e cultural entre pesquisadores e instituições.

À Prof^a Dr^a Isabel Cruz agradecemos em especial por ter sido a responsável pelo incentivo que nos fez assumir o desafio de coordenar a organização desse dossiê.